

# QUE EDUCAÇÃO PARA QUE PAÍS: AS PERCEPÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO

---

## **Alessandra Maia Lima Alves<sup>1</sup>**

Professora do Colégio de Aplicação João XXIII.  
Doutora em Educação e membro do Grupo de Pesquisa GESE.

## **Elita Betania de Andrade Martins<sup>2</sup>**

Professora Adjunta Faculdade de Educação/UFJF,  
Doutora em Educação, coordenadora do Grupo de Pesquisa GESE.

## **Denise Rangel Miranda<sup>3</sup>**

Professora e Coordenadora da rede municipal de ensino de Juiz de Fora. Doutora em Educação e membro do Grupo de Pesquisa GESE.

---

1 E-mail: alesandramaia@bol.com.br

2 E-mail: elita.martins@ufff.edu.br

3 E-mail: denisermoliveira@yahoo.com.br

## RESUMO

O presente texto apresenta resultados de um estudo exploratório desenvolvido como parte da pesquisa “Que educação para que país: uma análise das políticas educacionais sob o olhar da escola”. Tal estudo, desenvolvido com base no Ciclo de Políticas apresentado por Stephen Ball, tem por objetivo identificar possíveis transformações nas práticas docentes e gestoras reconhecidas pelos profissionais da rede pública de Minas Gerais como decorrentes das atuais políticas educacionais. Na fase de estudo exploratório foi aplicado um questionário semiestruturado que foi respondido por 40 profissionais de escolas de educação básica do município de Juiz de Fora. Nas respostas obtidas, os professores indicaram as avaliações externas como a política educacional mais presente nas discussões desencadeadas nas escolas (72,5%), sendo que 37,5% afirmam que tais avaliações influenciam no seu planejamento pedagógico e 35% apenas em parte. Essas respostas indicam, inicialmente, que as avaliações externas têm interferido no planejamento escolar e, de certa forma, exercido controle sobre o trabalho docente.

**Palavras – chave:** Políticas públicas. Escola pública. Avaliação externa.

## ABSTRACT

This paper presents the results of an exploratory study that was developed as part of the research entitled “What kind of education for which country: an analysis of educational politics under the school’s point of view”. The research, based on the Politics Cycle presented by Stephen Ball, aimed to identify possible changes on faculty and managers’ professional actions, which are recognized by the public workers of Minas Gerais State as a result of the current educational politics. During the exploratory phase of the research, a semi-structured questionnaire was answered by 40 workers of public schools in the city of Juiz de Fora. The teachers mentioned external assessments as the most present educational politics at school (72.5%); 37.5% affirmed that such assessments influence on their pedagogical planning and 35% affirmed that it happens only partially. These answers initially point out that external assessments have been interfering in the school planning and have somehow been influencing the faculty’s work.

**Keywords:** Public policies. Public school. External evaluation

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a finalidade de apresentar resultados parciais da pesquisa intitulada “Que educação para que país: uma análise das políticas educacionais sob o olhar da escola”, vinculada ao Grupo de Estudo Sistema de Ensino (GESE/UFJF), que é parte integrante do Núcleo de Estudos do Conhecimento e da Educação- NESCE/ Faculdade Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. O GESE foi criado no ano de 1999 e tem desenvolvido seus estudos sobre questões relativas ao Sistema Nacional de Educação, cuja tônica é a ênfase nas pesquisas sobre autonomia municipal, criação de sistemas municipais de ensino e a construção da identidade nacional na escola brasileira. As investigações trouxeram ao debate questões relacionadas à construção de um Sistema Nacional de Educação no Brasil: a relação entre o poder central e os poderes locais; a dificuldade de se definir um projeto nacional; a inserção do país no contexto das nações em um mundo globalizado; as diferenças regionais e sociais historicamente construídas e a dificuldade de constituir uma sociedade democrática.

O grupo baseia-se no movimento de construção de uma proposta de educação para o país que tem se desenvolvido, ao longo de sua história, em meio a debates e conflitos em relação à forma de se construir uma sociedade e uma perspectiva de educação que a sustente. Um exemplo disso, foi o processo de construção do atual Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), que embora tenha contado com importantes contribuições dos setores populares da sociedade, trouxe fortes elementos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, apresentado pelo Governo LULA e também marcas da influência de movimentos de origem empresarial como o “Todos pela educação”.

Outro elemento importante nesse jogo de forças em que é construída uma proposta de educação para o país é a atuação cada vez mais direta do Ministério da Educação – MEC -nas escolas dos diferentes sistemas de ensino. O que é reforçado por meio da implantação de avaliações de larga escala, desenvolvidas como forma de atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB - 9.394 de 1996)<sup>4</sup>, mas que acabam por gerar índices, tais como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB - o qual, muitas vezes, não é visto apenas como um indicador de qualidade, mas como um mecanismo de controle.

Essas observações sinalizaram a necessidade do aprofundamento de estudos para compreender melhor qual proposta de educação para o país tem se constituído por meio desse jogo e confronto de forças, que se expressam em

---

4 Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (LDB, Lei 9394/96, art. 9º, VI).

diferentes planos, programas, currículos e metas educacionais. Porém, é importante considerar que conforme destacado por Ball (2001), as políticas são interpretadas, reinterpretadas conforme o contexto em que estão sendo implantadas. Daí, julgamos ser fundamental conhecer as crenças dos diferentes sujeitos envolvidos, em especial, dos professores da educação básica, para identificar se esses têm conseguido acompanhar de forma efetiva o processo de negociação que tem resultado nas atuais políticas educacionais.

Por essas razões, o objetivo central da pesquisa em questão é identificar possíveis transformações nas práticas docentes e gestoras, reconhecidas pelos profissionais da rede pública de Minas Gerais (MG), como decorrentes das atuais políticas educacionais. Especificamente, no trabalho apresentado no III Seminário Nacional de Gestão e Avaliação em Educação, objetivamos apresentar alguns resultados de estudos exploratórios realizados como parte da referida pesquisa, focando no presente texto, especificamente, aqueles relacionados à avaliação externa.

## **METODOLOGIA**

Para compreender esse jogo, optamos por uma abordagem metodológica denominada *Ciclo de Políticas*, formulada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e por seus colaboradores (Bowe, Ball e Gold, 1992), que consiste em investigar os processos pelos quais as políticas educacionais são formadas, implementadas e experimentadas, pois essa possibilita descrever os processos políticos.

Mainardes (2006; 2007) destaca que a abordagem do “ciclo de políticas” trabalha, entre outras questões, com a complexidade dos contextos políticos, interligando as instâncias global e local. Dito de outra forma, trabalha relacionando o que ocorre no macrocontexto com o microcontexto e vice-versa, analisando as influências mútuas e as transformações que um implementa sobre o outro, com ênfase para a potencialidade dos microcontextos.

Ball e Bowe (1992) *apud* Mainardes (2006, p. 96), embrionariamente, caracterizaram o processo político, introduzindo a noção de um ciclo contínuo constituído por três vieses ou arenas políticas, a saber: a política proposta, a política de fato (textos políticos e legislativos) e a política em uso. Posteriormente, os autores substituíram essa ideia inicial por considerarem a linguagem rígida. Para eles, há uma variedade de intenções e disputas que influenciam o processo político e “aquelas três facetas ou arenas eram conceitos restritos, opondo-se ao modo pelo qual eles gostariam de representar o processo político”. (MAINARDES, 2006, p.49).

Na realidade, Ball e Bowe (1992) não consideravam válidos os modelos de política pública educacional que segmentam as fases de formulação e implementação, pois eles, desconhecendo as disputas e os embates sobre a política, reforçam a racionalidade do processo de gestão.

Ainda segundo Mainardes (2006), essa abordagem engloba uma série de contextos que são constituídos por processos e atores que estão relacionados ao caminho de formação e de desenvolvimento de qualquer política. Ball e Bowe (1992) propõem um modelo de análise da política que abrange cinco contextos: o contexto de influência, o contexto da produção de textos, o contexto das práticas, o contexto dos resultados e o contexto das estratégias políticas.

Consideramos pertinente lembrar que esses contextos se inter-relacionam, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não se constituem em etapas lineares, mas cada um deles apresenta arenas, lugares e grupos envolvendo disputas e embates (BALL; BOWE, 1992 *apud* MAINARDES, 2006).

A despeito do fato de que cada contexto assinalado pelos autores possua suas próprias características e especificidades, eles se relacionam e dialogam, compondo um ciclo, em um movimento dinâmico e intenso de reflexões, produções e ações.

O contexto de influência se configura naquele no qual, normalmente, as políticas são principiadas e os discursos políticos elaborados. É nesse contexto, a partir do embate de interesses entre grupos diversos em disputa, que se definem as finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Também nele os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. O contexto de influência tem uma relação simbiótica com o contexto da produção de textos. Segundo Mainardes (2006), os textos políticos são resultados de disputas e acordos, pois os grupos que atuam nos diferentes lugares da produção de textos, são os mesmos que competem para controlar as representações de política.

Já o contexto da produção de texto está articulado com a linguagem do interesse público mais geral. Os textos políticos, que são a concretização de uma política, surgem como resultado de disputas e acordos, visto que os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos concorrem para dominar as representações da política. Estas ganham forma em textos legais oficiais e documentos políticos, comentários sobre textos oficiais, pronunciamentos oficiais, entre outros. É bom explicarmos que pode haver conflitos nesses textos (MAINARDES, 2006). Os textos políticos, traduzidos em programas leis, decretos, atas, relatórios, ofícios, circulares, entre outros, produzidos e presentes nas escolas são importantes fontes que nos darão pista sobre o movimento de construção e discussão das políticas públicas educacionais.

Como a política não é feita e finalizada no momento legislativo, os textos precisam ser lidos de forma contextualizada, ou seja, é preciso levar em consideração o tempo e a localidade específica de sua produção. As políticas são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades. As respostas a esses textos têm consequências reais, que são vivenciadas no contexto da prática e isso precisa ser considerado no desenvolvimento da pesquisa e na análise dos dados obtidos.

É no contexto da prática que os sentidos atribuídos aos textos políticos têm consequências reais, que levam a interpretações e recriações, podendo introduzir mudanças e transformações relevantes na política original. Bowe e Ball (1992)<sup>5</sup> ressaltam que os profissionais que atuam no contexto da prática não são leitores ingênuos, sendo as políticas interpretadas de acordo com as diferentes experiências, valores e interesses. Partes dos textos políticos podem ser ignoradas, rejeitadas ou mal interpretadas. Tais interpretações podem ser consideradas, ainda, uma questão de disputa, dependendo dos interesses em jogo. Determinada interpretação pode beneficiar um grupo, outra interpretação pode interessar a outro. Por isso, ser tão importante conhecer como os professores, sujeitos atuantes no contexto da escola (mas não os únicos) têm compreendido as atuais políticas educacionais.

Para isso, a pesquisa prevê a leitura de documentos relativos às políticas públicas educacionais desenvolvidas em escolas pertencentes à rede pública de ensino do estado de Minas Gerais e do município, localizadas em Juiz de Fora. Serão selecionadas 2 escolas de cada uma das redes de ensino, para se fazer leitura e análises de documentos tais como projeto político pedagógico e atas de reunião, além de aplicação de questionários e entrevistas com professores atuantes nestas escolas.

Nesse sentido, para uma melhor definição dos temas relativos às políticas educacionais a serem explorados, sentimos a necessidade de identificar os temas de políticas educacionais mais discutidos pelos professores das escolas de educação básica. Assim, como estudo preparatório, foi desenvolvido um questionário sobre políticas públicas educacionais, respondido por professores de escolas, nas quais alunos de licenciaturas, matriculados na disciplina Prática em Políticas Públicas e Gestão do Espaço Escolar, sob responsabilidade de professoras participantes do grupo de pesquisa, desenvolviam suas atividades.

---

5 - Trazidos por Mainardes (2006).

Com esse procedimento, obtivemos 40 questionários respondidos. Os dados obtidos foram tabulados com auxílio do programa *Google Forms*, o que nos possibilitou uma breve caracterização do perfil dos respondentes e informações sobre a opinião dos docentes acerca de políticas educacionais, o que apresentaremos a seguir.

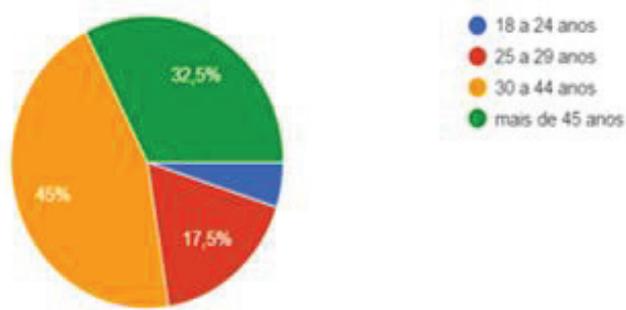
## CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES: ALGUNS DADOS INICIAIS

Para auxiliar na interpretação das respostas obtidas, é importante conhecer o perfil dos respondentes. Nesta seção, destacamos as informações referentes à faixa etária, escolaridade, rede de ensino na qual atuam, vínculo empregatício, número de cargos em que trabalha cada um dos 40 docentes, participantes da fase de estudo exploratório desta pesquisa.

Sobre a faixa etária, como pode ser observado no gráfico 1 (Quanto à idade):

**GRÁFICO 1. Quanto à idade**

**Sua idade** (40 respostas)



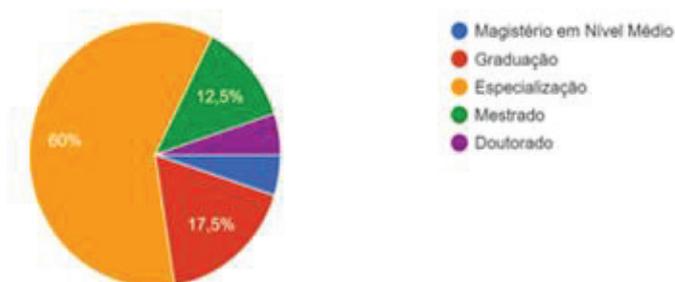
Fonte: GESE (2016)

Constatamos que a grande maioria dos profissionais, que responderam ao questionário, têm mais de 30 anos de idade, sendo que 45% dos sujeitos respondentes estão na faixa etária dos 30 aos 44 anos de idade, seguido pela faixa etária com mais de 45 anos (32,5%).

Já o gráfico 2 (Quanto ao nível de escolaridade), nos apresenta um panorama da formação desses profissionais. Observa-se, que a maioria dos respondentes (60%) possui especialização; entretanto, ainda encontramos profissionais com formação de nível médio atuando na educação básica. Tal dado nos indica a necessidade de, em etapas futuras da pesquisa, verificar se essa ocorrência é uma realidade ou exceção nas redes de ensino estadual e municipal localizadas em Juiz de Fora, que é o campo de desenvolvimento da pesquisa.

## GRÁFICO 2. Quanto ao nível de escolaridade

Escolaridade/titulação: (40 respostas)

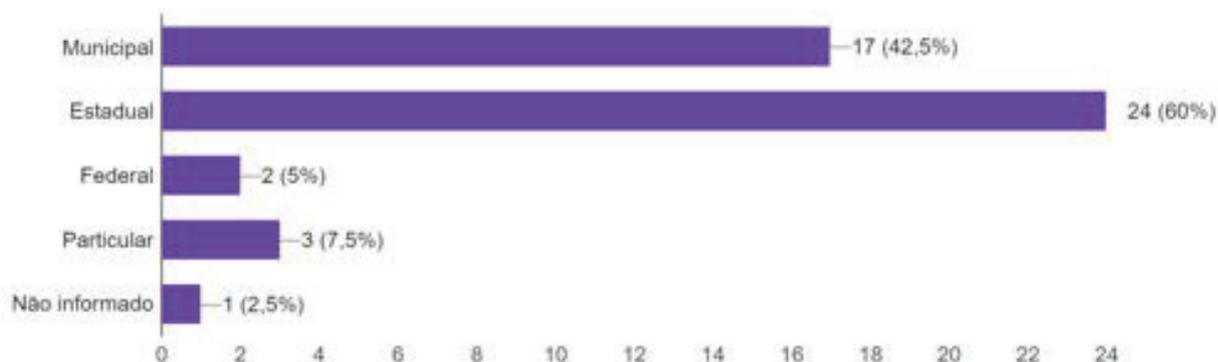


Fonte: GESE (2016)

Pelo fato de no estudo exploratório, os questionários terem sido respondidos pelos professores das escolas nas quais os alunos de Prática Pedagógica realizavam suas atividades, contamos com a participação de profissionais de diferentes redes de ensino, o que pode ser observado no gráfico 3 (Quanto à rede de ensino na qual atua), entretanto, a maioria estava vinculada à rede Estadual de Ensino de Minas Gerais (60%).

## GRÁFICO 3. Quanto à rede de ensino na qual atua

Rede de ensino na qual atua? (40 respostas)



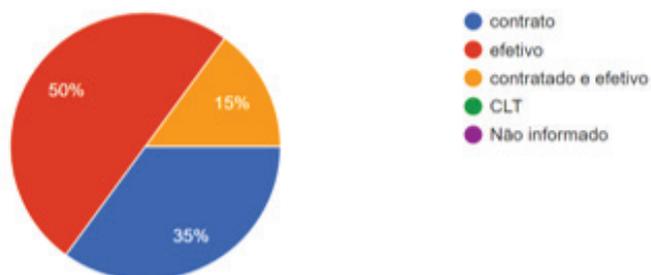
Fonte: GESE (2016).

O próximo gráfico (Gráfico nº 4) indica o tipo de vínculo dos sujeitos que responderam ao questionário. Percebemos que 50% são efetivos, 35% contratados e 15% indicam ter um cargo efetivo e terem, também, assumido contrato.

Acreditamos que o tipo de vínculo profissional possa influenciar nas discussões sobre as políticas públicas nas escolas, pelo fato de diferenciar o tempo de permanência do professor na escola, já que um professor efetivo consegue permanecer mais tempo em uma escola do que um contratado que a cada ano pode ser designado para uma escola ou rede de ensino diferente. Esse é um dos aspectos a serem observados mais atentamente, nas próximas etapas de estudo.

#### GRÁFICO 4. Quanto ao tipo de vínculo empregatício

Tipo de vínculo: (40 respostas)

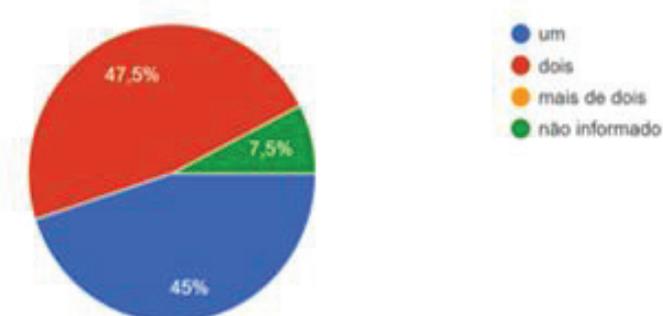


Fonte: GESE (2016).

As condições dos professores conhecerem e discutirem sobre as políticas públicas educacionais podem sofrer interferência de outro elemento, que foi indicado no questionário: o número de cargos que o profissional exerce. Em relação aos que responderam ao questionário foi possível constatar que a maioria (47,5%) atua em dois cargos, como observado no Gráfico 5. Tal situação, talvez reflexo dos baixos salários do magistério, deve ser considerada nos estudos; afinal, a dupla jornada, principalmente quando exercida em diferentes instituições, compromete o tempo do professor e, conseqüentemente, pode dificultar o acesso a informações, à participação em reuniões e ao envolvimento em discussões de temas relevantes à escola, dentre os quais as políticas públicas educacionais.

#### GRÁFICO 5. Número de cargos na escola em que você trabalha

Número de cargos na escola em que trabalha: (40 respostas)



Fonte: GESE (2016)

## PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE AVALIAÇÃO EXTERNA: RESULTADOS PARCIAIS

No instrumento de pesquisa utilizado, uma das questões pedia aos professores que assinalassem dentre as alternativas apresentadas “*Quais das atuais políticas educacionais têm sido alvo das discussões nas escolas?*”, sendo permitida a escolha de uma ou mais alternativas.

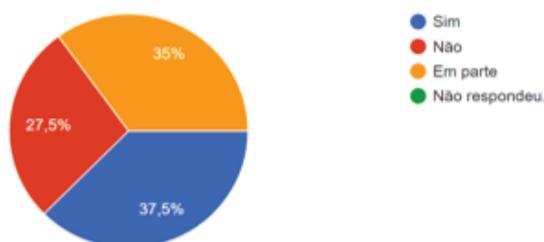
Dentre as alternativas, a avaliação externa correspondeu a 72,5% das escolhas à frente de temas como a Lei do Piso do Magistério (Lei 11.738/08) e a Reforma do Ensino Médio, empatados com 65% das escolhas.

Outra questão apresentada aos professores foi se “As avaliações externas influenciam no seu planejamento pedagógico?”, nas respostas obtidas, 37,5% afirmam que avaliações externas influenciam no seu planejamento pedagógico e 35% apenas em parte, como pode ser observado no gráfico abaixo:

### GRÁFICO 6. As avaliações externas influenciam no planejamento

#### As avaliações externas influenciam no seu planejamento pedagógico?

(40 respostas)



Fonte: GESE (2016)

Mesmo que 35% tenham afirmado a influência parcial das avaliações, devemos considerar que é uma influência no planejamento docente, ou seja, poderíamos afirmar que para 72,5% dos respondentes os resultados das avaliações externas influenciam, totalmente ou em parte, o planejamento docente. No questionário, após a questão havia um espaço para justificarem sua resposta, a fala de alguns professores reforça a ideia de vinculação entre os resultados da avaliação externa e o planejamento, dentre as justificativas, destacamos: “Procuro verificar o conteúdo destas avaliações e adaptar meu trabalho de forma adequada (avaliações externas como concursos, vestibulares em geral)”; “Observamos o conteúdo do PISM e do ENEM”; “Com os resultados consigo visualizar as dificuldades dos discentes e faço meus planejamentos dentro dessas dificuldades”; “Procuro me informar sobre os descritores mais adequados a cada série e adaptá-los ao currículo da rede.”.

As justificativas parecem indicar que as avaliações externas já vêm provocando modificações no trabalho docente, seja se transformando em pauta de dis-

cussões do cotidiano escolar ou servindo de parâmetro para a programação das atividades de ensino. Esse aspecto precisará ser aprofundado nas etapas posteriores da pesquisa, principalmente, quando nos deparamos com justificativas como a “Pois se for negativas, somos chamados” que indicam haver uma espécie de pressão para que os professores respondam por possíveis maus desempenhos.

Martins (2014), em estudo sobre autonomia docente, constatou que a avaliação externa tem se figurado como forma de controle do trabalho docente transformando-se na “figura” a quem o professor se reportará para saber quais rumos seguir, substituindo formas anteriores de controle, como, por exemplo, do supervisor pedagógico. Essa subordinação à produção de resultados em avaliações, fruto das reformas educacionais implantadas, traz consequências na concepção de profissionalismo docente, já que essa passa a ser considerada a partir do “desempenho”.

A importância da avaliação nesse processo de fortalecimento de padrões ligados à produtividade nas relações sociais é também destacada por Coelho, ao afirmar que

(...) os procedimentos de avaliação constituem hoje um dos mais importantes meios de controle da educação. Para Afonso (2001), há um aumento da interferência e controle pelo Estado por meio da avaliação sistêmica que caracteriza a ‘radicalização’ da figura do Estado intervencionista’ (...) forma de regulação híbrida que conjuga o controle estatal com estratégias de autonomia e auto-regulação das instituições educativas. (COELHO, 2009, p.68)

A subordinação do trabalho docente a padrões de produtividade pode influenciar a compreensão de qualidade educacional e assim influenciar o cotidiano escolar. Por isso, esse aspecto é um dos que merece atenção especial nas etapas futuras da pesquisa, sendo necessário buscar respostas para algumas das questões:

- O que será tratado nas escolas ao se discutir avaliações externas? Quando e quem participa destas discussões?
- Mais de 70% dos que responderam ao questionário afirmam que as avaliações interferem ou apenas em parte o seu planejamento. Que tipo de interferência ocorre? Como ocorre? Que efeitos provocam?
- Como estas influências da avaliação se relacionam com as concepções dos professores sobre qualidade em educação?

Na próxima etapa da pesquisa, aplicaremos o questionário, já devidamente aperfeiçoado a partir das demandas observadas no estudo exploratório, nas quatro escolas selecionadas para o desenvolvimento da pesquisa, o que está previsto acontecer no primeiro semestre de 2017. As respostas nos possibilitarão constatar se há uma repetição dos elementos apontados no estudo exploratório, daí aprofundarmos a reflexão dessas questões a partir da realização de entrevistas e leitura de documentos.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O estudo exploratório inicial de nossa pesquisa fez com que algumas temáticas emergissem, no caso das reflexões que aqui trazemos, nosso destaque foi dado para a avaliação externa – tema recorrente nas respostas tabuladas.

Como afirmamos no início deste texto, as políticas educacionais são marcadas por um “jogo de forças” e nossa pesquisa pretende conhecer as crenças dos diferentes sujeitos envolvidos, em especial, dos professores da educação básica, para identificar se esses têm conseguido acompanhar de forma efetiva o processo de negociação que tem resultado nas atuais políticas educacionais, por isso ser nosso objetivo identificar possíveis transformações nas práticas docentes e gestoras, reconhecidas pelos profissionais da rede pública de MG como decorrentes das atuais políticas educacionais. Como aponta Ball (1994) a implementação de uma política revela a necessidade de constante ressignificações.

Neste “jogo de forças” de construção de uma proposta de educação para o país, a atuação cada vez mais direta do MEC nas escolas dos diferentes sistemas de ensino tem se destacado, como apontado anteriormente, através de diferentes mecanismos, dentre os quais destacamos a implantação de avaliações de larga escala, desenvolvidas como forma de atendimento ao disposto na LDB<sup>6</sup>, mas que acabam por gerar índices, tais como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) o qual muitas vezes, não é visto apenas como um indicador de qualidade, mas como um mecanismo que interfere no planejamento escolar e de certa forma, exerce controle do trabalho docente.

Entendemos/compreendemos que conhecer a opinião dos professores sobre temas como as avaliações externas contribuirão para a obtenção de dados e informações que permitam responder a nossa questão de estudo, assim reconhecendo as possíveis compreensões dos professores acerca das políticas educacionais que vêm sendo implantadas e sua influência no trabalho docente.

---

<sup>6</sup> Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (LDB, Lei 9394/96, art. 9º, VI).

## REFERÊNCIAS

BALL, S. J. **Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação.** Currículo sem fronteiras. Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. xxvii- xlili, 2001.

BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

Bases de Dados da Pesquisa: “Que educação para que país: uma análise das políticas educacionais sob o olhar da escola”, 2006.

COELHO, M. I. de M. Estado-avaliador, regulação e administração gerencial: implicações para o que é ser professor (a) na educação básica no Brasil in: BRITO, V. L. F. A. (Org.) **Professores: identidade, profissionalização e formação.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009, p.79-100.

GESE. Grupo de Estudo Sistema de Ensino – Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade Federal de Juiz de Fora.

MACHADO, C. **Avaliação Externa e Gestão Escolar: reflexões sobre usos dos resultados.** Revista @mbienteeducação 70-82, jan/jun, 2012. Disponível em: <[http://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista\\_educacao/pdf/volume\\_5\\_1/educacao\\_01\\_70-82.pdf](http://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf)> Acesso em: 08 dez. 2016..

MARTINS, E. B. de A. **Abelhas ou arquitetos?** : a compreensão dos professores sobre autonomia e as implicações no seu processo de formação e trabalho. Tese de Doutorado em Educação. UFJF: Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2014.